

DISCURSO DE POSSE

Ministro Luís Roberto Barroso

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

Brasília, 25 de maio de 2020.

Quis o destino que a minha posse como Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) durante uma pandemia que vem abalando o curso da humanidade. O impacto da doença causada pela Covid-19 se produz em múltiplas dimensões da vida: sanitária, social, econômica, fiscal e política, entre outras. Minhas primeiras palavras no cargo são de solidariedade às pessoas que estão sofrendo pela perda de entes queridos, pela perda do emprego, da renda ou pelas dificuldades de suas empresas. E também, dirijo essas primeiras palavras, para os profissionais de saúde de todo o país, especialmente do admirável Sistema Único de Saúde, que com abnegação e coragem salvam vidas em meio a essa crise humanitária.

Desejo do fundo do coração que a provação pela qual estamos passando seja tão breve quanto possível e que o dia seguinte da crise encontre a humanidade e nosso país mais conscientes dos seus problemas reais, mais solidários perante nossos irmãos e mais comprometidos com os valores que fazem a grandeza das nações: justiça, igualdade de oportunidades para todos e um sentimento verdadeiro de comunhão fraterna. Que a distância que hoje nos separa das pessoas queridas ajude-nos a redescobrir o poder revolucionário da afetividade e do bem querer.

Dirijo-me, em seguida, à minha antecessora, Ministra Rosa Weber, que por um biênio conduziu este Tribunal com as virtudes que se somam à sua personalidade adorável: integridade, competência, dedicação, firmeza e responsabilidade. A suave descrição da Ministra Rosa não deve inibir o reconhecimento que ela merece por ter conduzido, de forma impecável, ainda que sob ataques injustos, as polarizadas eleições de 2018, nas quais prevaleceu a vontade manifestada pelo povo brasileiro. Gosto da frase de que a gente na vida ensina sendo. A atuação da Ministra Rosa à frente deste Tribunal foi uma lição cujo valor real e simbólico é muito maior do que eu poderia dizer em palavras. Minha querida Presidente, nossa rainha: missão cumprida com louvor. A nação agradecida a reverencia.

Dirijo-me, também, ao Ministro Luiz Edison Fachin, meu parceiro de vida acadêmica há quase 40 anos e colega de jurisdição nos últimos 5 anos. À nossa relação bem se aplica, desde o primeiro momento, a frase inspirada de Vinícius de Moraes: “A gente não faz amigos. A gente os reconhece”. Pois meu querido

amigo: tem sido um privilégio viver as aventuras da vida institucional brasileira na sua companhia, beneficiando-me de sua fidalguia, honestidade intelectual e imensa vocação de bem servir à pátria que ambos amamos. Atuaremos irmanados, em frutífera cogestão, além do que é sempre bom ter alguém com que dividir as contas.

Cumprimento os queridos Ministros Og Fernandes, Luís Felipe Salomão, Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, Sérgio Banhos, Carlos Horbarch, Carlos Mario Velloso Filho e, em breve, Mauro Campbell. Meu pai sempre me ensinou que a gente deve andar em boa companhia. Acho que se a vida tivesse me permitido escolher a dedo os meus parceiros nessa jornada, eu não quereria nada diferente. Uma honra e um privilégio tê-los ao meu lado.

Feitas as saudações, que não são protocolares, mas ditadas pelo coração, dirijo-me agora à classe política, aqui representada pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro, cuja presença nesta sessão virtual, em meio a tantas obrigações, eu agradeço sinceramente. Representada também pelo Presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, meu conterrâneo que se tornou um nome nacional, e pelos parlamentares que me dão a honra de acompanhar esta sessão. Agradeço, honrado, a presença de todos, não como uma deferência pessoal a mim, mas como uma atenção institucional à Justiça Eleitoral, que muito nos sensibiliza.

Numa democracia, política é gênero de primeira necessidade. Não há alternativa a ela. Considero que a vida pública vivida com integridade, idealismo e espírito público é uma das atividades mais nobres a que alguém pode se dedicar. Ajudar a traçar os rumos da nação, escolher os caminhos do desenvolvimento, da justiça social e do avanço civilizatório é a missão sublime que toca aos agentes públicos eleitos. Uma vida que pode ser vivida com extraordinária grandeza.

Porque penso assim, porque os Ministros deste Tribunal pensam assim, a valorização, o prestígio e o aprimoramento da vida política estão no topo da nossa agenda.

Declino aqui, desde logo, três objetivos que irão mobilizar a nossa gestão relativamente à política. O primeiro deles é uma grande campanha pelo voto consciente. Precisamos despertar, em muitas faixas do eleitorado, a compreensão de que o voto não é um mero dever cívico que se cumpre resignadamente, mas uma oportunidade de moldar o país e mudar o mundo.

É preciso se informar com antecedência acerca dos candidatos, verificar o que cada um já fez, o que promete e qual credibilidade merece. Votar consciente é guardar o nome do seu representante, acompanhar o seu desempenho e só renovar o seu mandato se ele continuar merecedor de confiança. Numa democracia verdadeira, não existe nós e eles. Eles são aqueles que nós colocamos lá.

Um outro objetivo da nossa gestão será o de atrair jovens para a política, jovens patriotas e preocupados com o Brasil. Eu sou professor há quase 40 anos, numa das principais Faculdades de Direito do país, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e, mais recentemente, também numa das principais universidades da capital, o Centro Universitário de Brasília. (E daqui mando um abraço a todos os meus colegas e amigos de vida acadêmica que trabalham anonimamente por um país melhor e maior).

Tenho alunos espalhados por diferentes setores públicos: dezenas deles no Itamaraty, na Magistratura, no Ministério Público, na Polícia Federal, na Defensoria Pública. Porém, conto nos dedos de uma só mão os que foram para a política. Não deveria ser assim. Precisamos de jovens que ajudem a escrever e a reescrever a nossa história, movidos pelo sentimento mais elevado que pode ter o ser humano: servir ao próximo e à causa da humanidade.

Um terceiro objetivo da nossa gestão é o empoderamento feminino. Atrair mulheres para a política e para postos-chave na vida nacional. Foi longa a trajetória da condição feminina na história da humanidade e na vida do país. Conquistas que incluem direito à educação, liberdade sexual, direitos para a mulher não casada, igualdade no casamento e acesso ao mercado de trabalho, assim como lutas ainda inacabadas contra a violência doméstica, a violência sexual e atitudes preconceituosas e desrespeitosas, que vão do assédio à linguagem sexista.

Fomos criados em uma cultura machista e sua superação é um aprendizado e uma vigilância constantes. Ainda assim, poucas transformações foram mais extraordinárias ao longo da minha vida adulta quanto a ascensão feminina. E devo dizer que eu faço a minha parte: minha Secretária-Geral aqui no TSE é mulher e minhas chefes de gabinete tanto no STF quanto aqui são igualmente mulheres. E quem manda na minha vida há 26 anos é minha mulher, Tereza, a quem dedico a bela declaração de amor de Jorge Luiz Borges: “Estar com você ou não estar com você é a medida do meu tempo”.

A esse propósito, e sem querer provocar nova ferida narcísica na condição masculina, observo que dois dos países que melhor se saíram no enfrentamento da pandemia foram a Nova Zelândia, liderada por Jacinda Arden, e a Alemanha, liderada por Angela Merkel.

Aliás, também se beneficiaram da firme liderança feminina a Dinamarca, Finlândia e Taiwan. Atrair mulheres idealistas e competentes para a política é uma importante demanda do país. Mulheres são metade da população. E negras, pardas ou de origem indígena são metade das mulheres. Precisamos aumentar a diversidade na vida pública brasileira. Somos um país multiétnico, multirracial, multicultural. Precisamos ter a consciência de que isso é um ativo, uma virtude, um privilégio que a história nos deu. (E aqui presto uma

homenagem ao Frei David, do Educafro, um incansável batalhador da inclusão social dos afro-brasileiros).

Dirijo algumas palavras a toda a Justiça Eleitoral, reconhecidamente a mais ágil e eficiente do país. São 27 Tribunais Regionais Eleitorais, mais de 2.800 juízes e juízas e 15.400 servidores e servidoras. É inestimável o serviço que prestam à democracia brasileira, longe dos holofotes, administrando o processo eleitoral da quarta maior democracia de massas do mundo. Em nome do país, agradeço o trabalho de todos e de cada um, inclusive e especialmente dos cerca de um milhão e oitocentos mil mesários, muitos voluntários, que servem ao Brasil silenciosamente e com espírito público.

Tenho aprendido, como um observador atento da vida, que algumas das coisas mais importantes que são realizadas no mundo dependem de pessoas anônimas e desprendidas. O que gostaria de dizer a todos os que nos prestam sua valiosa colaboração, inclusive aos que jamais irei ver pessoalmente e olhar nos olhos, é que a virtude é a sua própria recompensa.

Uma das grandes preocupações da Justiça Eleitoral são as chamadas *fake news* ou, mais apropriadamente, as campanhas de desinformação, difamação e de ódio. Refiro-me às informações intencionalmente falsas e deliberadamente propagadas. A internet permitiu a conexão de bilhões de pessoas pelo mundo afora em tempo real, dando lugar a fontes de informação independentes e aumentando o pluralismo de ideias em circulação. Porém, na medida em que as redes sociais adquiriram protagonismo no processo eleitoral, passaram a sofrer a atuação perversa de milícias digitais, que disseminam o ódio e a radicalização. São terroristas virtuais que utilizam como tática a violência moral, em lugar de participarem do debate de ideias de maneira limpa e construtiva.

A Justiça Eleitoral deve enfrentar esses desvios, mas é preciso reconhecer que sua atuação é limitada por fatores diversos. Por isso mesmo, os principais atores no enfrentamento às *fake news* não são as mídias sociais, a imprensa profissional e a própria sociedade. As plataformas digitais – como Google, Facebook, Instagram, Twitter e Whatsapp –, todos parceiros do TSE sob a liderança da Ministra Rosa Weber, podem - e devem - se valer da própria tecnologia e de suas políticas de uso para neutralizar a atuação de robôs e comportamentos inusuais na rede. É necessário o esforço comum de todas elas para impedirem o uso abusivo que importa em degradação da democracia.

E, mais que nunca, nós precisaremos de Imprensa profissional, que se move pelos princípios éticos do jornalismo responsável, capaz de separar fato de opinião, e de filtrar a enorme quantidade de resíduos que circula pelas redes sociais. Também as empresas de verificação de fatos passaram a ter papel decisivo na qualidade do debate público, em busca da verdade possível, ainda que plural. A Justiça Eleitoral, por sua vez, terá grande empenho no sentido de informar e conscientizar as pessoas, alertando-as a não crer acriticamente em

toda informação que recebem e, sobretudo, a não repassá-las irresponsavelmente.

Nesse particular, vamos precisar de um resgate da boa-fé, da regra de ouro: não fazer aos outros o que não gostaria que fizessem consigo. Assim, não dá para repassar a notícia inverídica sobre o candidato rival e depois se indignar quando fazem o mesmo com o candidato da própria preferência. Também aqui precisamos de avanço civilizatório e evolução espiritual.

Há muitas outras questões a serem tratadas, que não caberiam no tempo razoável de um discurso de posse. Destaco, entre elas, o debate sobre uma reforma do sistema eleitoral capaz de realizar, como lembrou o ministro Luis Felipe Salomão, três objetivos: baratear o custo das eleições, aumentar a representatividade parlamentar e facilitar a governabilidade. Tudo em favor da boa política, jamais contra. O Senado Federal já aprovou um bom projeto de voto distrital misto e, com algumas sugestões do grupo de trabalho do TSE, ele está em tramitação na Câmara dos Deputados, onde poderá ainda ser aperfeiçoado.

A liderança do Presidente Rodrigo Maia será decisiva para esse importante avanço institucional, como já foi para a introdução da cláusula de barreira e o fim das coligações proporcionais. Sei que é difícil. Mas se vem tentando há muito tempo. Mas aqui bem se aplica a reflexão atribuída a Michelangelo, que atravessou os séculos: “O maior perigo, para a maioria de nós/ não é que o alvo seja muito alto/ E não se consiga alcançá-lo./ É que ele seja muito baixo/ E a gente consiga”.

Relativamente às eleições municipais previstas para este ano, o TSE estará em interlocução direta com o Congresso Nacional. Em conversas preliminares com os Ministros da casa, com o Presidente do Senado e com o Presidente da Câmara, constatei que todos estamos alinhados em torno de algumas premissas básicas: as eleições somente devem ser adiadas se não for possível realizá-las sem risco para a saúde pública; em caso de adiamento, ele deverá ser pelo prazo mínimo inevitável; prorrogação de mandatos, mesmo que por prazo exíguo, deve ser evitada até o limite; o cancelamento das eleições municipais, para fazê-las coincidir com as eleições nacionais em 2022, não é uma hipótese sequer cogitada.

Democracia

A Constituição de 1988 completa 31 anos no dia 5 de outubro próximo. Com ela, fizemos a travessia bem-sucedida de um regime autoritário, intolerante e muitas vezes violento para um Estado democrático de direito, com eleições periódicas e alternância do poder. Essa foi a grande conquista da nossa geração. Um país sem presos políticos, sem exilados, sem violência contra os adversários. Democracia não é o regime político do consenso, mas aquele em que o dissenso é legítimo, civilizado e absorvido institucionalmente. Quem pensa

diferente de mim não é meu inimigo, mas meu parceiro na construção de uma sociedade aberta e de um mundo plural.

A democracia tem lugar para conservadores, liberais e progressistas. Nela só não há lugar para a intolerância, a desonestidade e a violência. Temos três décadas de estabilidade institucional, que resistiu a chuvas, vendavais e tempestades. Não há volta nesse caminho. Só quem não soube a sombra não reconhece a luz que é viver em um Estado democrático de direito, com todas as suas circunstâncias. Nós já percorremos e já derrotamos os ciclos do atraso.

Hoje, vivemos sob o reinado da Constituição, cujo intérprete final é o Supremo Tribunal Federal. Como qualquer instituição em uma democracia, o Supremo está sujeito à crítica pública e deve estar aberto ao sentimento da sociedade. Cabe lembrar, porém, que o ataque destrutivo às instituições, a pretexto de salvá-las, depurá-las ou expurgá-las, já nos trouxe duas longas ditaduras na República. São feridas profundas da nossa história, que ninguém há de querer reabrir. Precisamos de denominadores comuns e patrióticos. Pontes, e não muros. Diálogo, em vez de confronto. Razão pública no lugar das paixões extremadas.

Antes de encerrar, presto uma homenagem a três professores extraordinários que iluminaram o meu caminho: meu pai, Roberto Bernardes Barroso, José Carlos Barbosa Moreira e Jacob Dolinger. E faço isso não apenas por motivação afetiva, mas para lembrar a importância da educação e como ela muda e eleva a vida das pessoas. É a deficiência na educação, sobretudo na educação básica, que nos atrasou na história. A falta de educação produz vidas menos iluminadas, trabalhadores menos produtivos e um número limitado de pessoas capazes de pensar criativamente um país melhor e maior. A educação, mais que tudo, não pode ser capturada pela mediocridade, pela grosseria e por visões pré-iluministas do mundo. Precisamos armar o povo com educação, cultura e ciência.

É uma boa hora de concluir. Em algum lugar do futuro, a pandemia vai passar, vamos retomar nossas vidas e teremos de cuidar do nosso país. Os economistas cuidarão da economia, os sanitaristas da saúde pública e os políticos da política. A nós, juízes constitucionais e eleitorais, nos toca preocuparmo-nos com a defesa e o aprimoramento das instituições.

Destaco, assim, três itens que devem permear qualquer agenda nacional pós-crise:

1. Integridade, que é a premissa de tudo. Ela vem antes da ideologia, das escolhas políticas. Integridade não é virtude, é premissa básica da vida civilizada. Ela só precisa de duas regras: no espaço público, não desviar dinheiro; no espaço privado, não passar os outros para trás. Não há como nos tornarmos verdadeiramente desenvolvidos sem a elevação dos padrões de ética pública e de ética privada que temos praticado;

2. Derrotar a pobreza extrema. A pandemia colocou um facho de luz sobre as condições desumanas em que vivem milhões de brasileiros. Entraram no horário nobre da televisão. Cuidar deles deve envolver um grande projeto nacional, patriótico, suprapartidário de redistribuição de renda, habitação popular, urbanização, saneamento básico e arborização, entre outros.

E num país onde a pobreza tem cor, isso significará, também, enfrentar o racismo estrutural da sociedade brasileira.

3. Competência. Precisamos deixar de ser o país do nepotismo, do compadrio, das ações entre amigos com dinheiro público. Precisamos derrotar as opções preferenciais pelos medíocres, pelos espertos e pelos adutores. É hora de dar espaço aos bons.

Tem se falado que, depois da crise, haverá um novo normal. E se não voltássemos ao normal? E se fizéssemos diferente?